

A PRIMEIRA REPÚBLICA NA REGIÃO DURIENSE*

CARLA SEQUEIRA**

Resumo: A realidade política e partidária do Alto Douro acompanhou, ao longo da Primeira República, o panorama nacional. Foram ensaiadas várias estratégias no sentido da consolidação do regime republicano face a desafios conjunturais como, por exemplo, a cisão do Partido Republicano, em 1912, ou a Monarquia do Norte, em 1919, reflectindo a capacidade de mobilização dos republicanos face à permanência de uma forte influência monárquica no Douro. Contudo, seria a «questão duriense» o factor determinante no posicionamento político das elites regionais que, servindo-se das redes de sociabilidades políticas que foram construindo, procuraram constituir um grupo de pressão sobre o poder central.

Palavras-chave: Alto Douro; Republicanismo; Primeira República; elites.

Abstract: The political and partisan reality of the Upper Douro accompanied, throughout the First Republic, the national panorama. Several strategies have been rehearsed to consolidate the Republican regime in the face of conjunctural challenges such as the division of the Republican Party, in 1912, or the «Monarquia do Norte», in 1919, reflecting the ability to mobilize on the part of Republicans alongside a strong monarchical influence in the Douro Region.

* O presente texto retoma e completa o artigo publicado em SEQUEIRA, 2015b. A autora não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

** Investigadora doutorada contratada CITCEM/FLUP. cferreira@letras.up.pt.

However, it would be the «Douro issue» the determinant factor in the political positioning of the regional elites, that by using the networks of political socialities that have been building, sought to constitute a group of pressure on the central power.

Keywords: Upper Douro; Republicanism; First Republic; elites.

INTRODUÇÃO

Com a presente comunicação pretendemos reflectir sobre a evolução do regime republicano na Região Duriense, desde a implantação da República (1910) até à instauração da Ditadura Militar (1926).

Com base em imprensa da época e em bibliografia especializada, procuramos compreender os mecanismos de estabelecimento e evolução do republicanismo na Região Duriense, bem como caracterizar a evolução política e partidária do Alto Douro, identificando as estratégias e as redes políticas republicanas em diversos concelhos da Região, em confronto, quer com a prevalência de redes caciquistas monárquicas, quer perante os desafios colocados à manutenção do predomínio do Partido Republicano Português, a partir da divisão partidária ocorrida em 1912. Teremos igualmente em consideração a influência da «questão duriense» e da defesa dos interesses ligados ao sector vitícola na evolução político-partidária das elites regionais ao longo do período em análise. Por fim, abordaremos as novas configurações político-partidárias surgidas a partir da «República Nova» (1918).

1. O TEMPO DA PROPAGANDA

Segundo afirmam alguns autores, o republicanismo português caracterizou-se por uma «dinâmica de crescimento»¹, de modo particular nas vésperas da implantação da República, em 1910.

Contudo, outros historiadores² sugerem que o processo de republicanização ficou marcado por acrescidas dificuldades de penetração nas zonas rurais, de modo particular no interior do país.

No caso da Região Duriense, a implantação do republicanismo ficaria a dever-se à acção de notáveis locais e proprietários vitícolas, alguns dos quais pertencentes à «geração do *Ultimatum*». Era o caso de Antão de Carvalho, Vítor Macedo Pinto, Carlos Richter e António Cândido Pires de Vasconcelos, entre outros, cujas ligações às cúpulas do Partido Republicano Português (PRP) permitiriam construir uma rede de influências sócio-políticas que se revelaria de importância fundamental, não apenas na fase da propaganda, mas também na consolidação da República.

¹ SAMARA, 2010: 74.

² Cf., por exemplo, MARQUES, 1978.

Cada um destes notáveis desenvolvia a sua acção política numa área de influência específica contribuindo, dessa forma, para a cristalização de uma rede de sociabilidades políticas que extravasava largamente as fronteiras dos seus concelhos de origem.

Além disso, estes notáveis ficariam também intimamente ligados à «questão vitícola» cuja influência sobre a política se evidenciaria desde finais do século XIX.

Em 1897, Carlos Richter defendeu, no Congresso Agrícola do Porto, a escolha de individualidades durienses como candidatos a deputados. Ainda nesse ano, surgia a primeira candidatura republicana duriense, com a apresentação de Vítor Macedo Pinto pelo círculo de Armamar³. Já em 1900, surgiriam as candidaturas de Antão de Carvalho (pelo círculo de Peso da Régua) e de Carlos Richter (pelo círculo de Alijó). No ano seguinte, num momento em que se discutia no Parlamento um novo projecto de fomento vinícola que fizera crescer a conflitualidade vivida no sector⁴, Carlos Richter defendia a criação do «Partido Agrário», por entender que o Douro não estava competentemente representado em Cortes.

Em simultâneo, assistia-se aos primeiros esforços de organização partidária republicana no Alto Douro, através da fundação de Centros Republicanos, constituição de comissões republicanas (formadas por profissionais liberais, comerciantes e proprietários) e conferências de doutrinação, proferidas pelo líder político local ou por um membro do Directório do PRP. Este tipo de acções revestia-se de grande importância em virtude da forte influência caciquista que se fazia sentir em Trás-os-Montes e Alto Douro, e intensificar-se-ia nos anos finais da Monarquia, procurando fazer crescer a rede de influências do Partido Republicano na Região Duriense.

A partir de 1906, a estratégia de afirmação republicana no Alto Douro passaria, em grande medida, por uma aproximação à «questão duriense», num momento de crise aguda, económica e social, assistindo-se a um movimento de carácter regionalista, sucedendo-se as reivindicações populares e institucionais pela intervenção do Estado no sentido do regresso a um regime proteccionista para a Região Demarcada do Douro.

Em 1906, Antão de Carvalho foi integrado na lista de candidatos republicanos pelo círculo do Porto, nas eleições de deputados desse ano. Tratava-se de um estratagem de penetração do republicanismo no interior do país, rentabilizando o facto de ser conhecido em toda a região duriense como advogado e membro activo do movimento vitícola.

Nesse ano ainda, o movimento regional de defesa da marca avolumava-se e a «questão duriense» começaria a ser encarada de forma prática pelo Governo, com a

³ Cf. SEQUEIRA, 2012: 139.

⁴ Cf. SEQUEIRA, 2011: 198-206.

apresentação de um projecto que visava a restrição da barra do Douro e a criação da marca *Porto* exclusiva para os vinhos durienses.

Como refere Gaspar Martins Pereira, «nesses tempos finais da Monarquia, os comícios vinhateiros eram aproveitados pelos republicanos, que utilizavam “a questão duriense” como arma de propaganda política»⁵. Procurando capitalizar a questão em termos políticos, Antão de Carvalho, Macedo Pinto e Carlos Richter aproveitaram a ocasião para se afirmarem, publicamente, republicanos, num comício ocorrido em Vila Real, em Outubro de 1906.

Por outro lado, procuravam também explorar politicamente a divisão existente «desde há séculos» entre viticultores do Baixo Corgo e do Cima Corgo, «estes últimos desfavorecidos pelas demarcações» pombalinas⁶. Com as demarcações subsidiárias, de finais do século XVIII, passou a assistir-se à «valorização crescente dos vinhos do Cima Corgo, correspondendo à preferência inglesa por vinhos cada vez mais fortes»⁷, o que acarretaria um extremar da rivalidade entre as duas sub-regiões, apontando para a existência de «dois Douros bastante distintos em termos económicos, sociais, políticos e de mentalidades», com o Cima Corgo a representar «um Douro mais empreendedor e em plena expansão, constituindo uma área de mercado activismo liberal»⁸.

Esta cisão intra-regional voltava a ter, nos anos finais da Monarquia, expressão no Parlamento a propósito do modelo de demarcação incluído no projecto, espelhando uma divisão política entre regeneradores⁹ (Cima Corgo, representados por Teixeira de Sousa¹⁰) e regeneradores liberais¹¹ (Baixo Corgo); Antão de Carvalho colocar-se-ia ao lado dos regeneradores liberais, representados pelo deputado Júlio Vasques, médico, proprietário e chefe do partido na Régua.

Os primeiros resultados desta orientação manifestar-se-iam nas eleições municipais de Novembro de 1908, com a vitória republicana numa lista de coligação com o líder do partido regenerador local, no concelho de Peso da Régua. Nas eleições legislativas, ocorridas em Abril do mesmo ano, o Partido Republicano vira também aumentada a sua votação, segundo a imprensa regional, motivando a constituição

⁵ PEREIRA, 2014: 376.

⁶ PEREIRA, 2014: 387-388.

⁷ PEREIRA, 2010: 26.

⁸ CARDOSO, 2007: 120.

⁹ O Partido Regenerador, fundado na década de 1850 (em pleno período da Regeneração), foi um dos partidos do rotativismo da Monarquia Constitucional portuguesa, alternando no poder com o Partido Progressista (fruto da fusão entre o Partido Histórico e o Partido Reformista, operada com o Pacto da Granja, celebrado em 7 de Setembro de 1876).

¹⁰ Líder do Partido Regenerador desde Dezembro de 1909 e presidente do último governo da Monarquia Constitucional (26 de Julho a 5 de Outubro de 1910). Foi o principal chefe partidário de Trás-os-Montes durante a Monarquia, mantendo a sua influência após a implantação da República.

¹¹ O Partido Regenerador Liberal surgiu em 1901, em consequência da desavença entre João Franco e o líder do Partido Regenerador.

de novas comissões municipais republicanas. Estes acontecimentos conduziriam ao reforço da actividade de promoção do ideário político republicano. Assistir-se-ia, em diversos concelhos, à realização de comícios políticos.

2. A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA E AS ESTRATÉGIAS DE CONSOLIDAÇÃO DO REGIME

Com a implantação da República, em 5 de Outubro de 1910, aumentou o esforço de enraizamento da ideologia republicana através do investimento na fundação de Comissões e Centros Republicanos. Em 1911 as agremiações republicanas reconhecidas pelo Directório do PRP cobriam quase todo o território da Região Demarcada do Douro.

A organização partidária fazia-se notar, principalmente, ao nível das sedes de concelho. A principal dificuldade residia na constituição de comissões paroquiais, que eram em muito menor número, (com excepção dos concelhos de Foz Côa e Peso da Régua).

O processo de consolidação da República no Alto Douro passaria ainda por uma activa «política de atracção», a que não era alheia a prevalência dos antigos caciques, cuja maioria «apressou-se a ingressar nas hostes republicanas, apostando na estratégia do “adesivismo” para preservar a sua influência tradicional»¹². Logo a seguir à instauração da República, assistiu-se à inscrição no PRP por parte de antigos líderes e militantes de partidos monárquicos. Se em alguns casos se tratava de oportunismo político, em outras situações os factos ocorriam com o conhecimento e consentimento dos dirigentes do PRP.

Esta estratégia permitiu a expansão e consolidação de estruturas partidárias republicanas, aproveitando os antigos partidos monárquicos, ao mesmo tempo que servia os intuítos de manutenção do poder por parte dos líderes do anterior regime. Por exemplo, em Mesão Frio, continuaria a manifestar-se a influência de José de Alpoim¹³, patente na adesão do partido por si chefiado à República. Em Alijó, a política concelhia continuou a ser dominada pelo regenerador Teixeira de Sousa, último primeiro-ministro da Monarquia, que mantinha contactos com Afonso Costa, ministro da Justiça no Governo Provisório e líder do PRP.

¹² PEREIRA, 2014: 378.

¹³ Um dos principais influentes de Mesão Frio (de onde era natural), foi Deputado, Conselheiro e Par do Reino e uma das principais figuras do Partido Progressista. Integrou várias legislaturas, entre 1887 e 1904. Entre Outubro de 1904 e Maio de 1905 foi Ministro dos Negócios Eclesiásticos e Justiça dos governos chefiados por José Luciano de Castro, com quem entraria em ruptura, devido à questão do monopólio dos tabacos, acabando por abandonar o Governo e fundar uma nova facção política, a Dissidência Progressista.

No entanto, a política de atracção e/ou o «adesivismo» viriam a ser contestados por diversas comissões concelhias, que exigiam que a política local fosse orientada pelas comissões municipais, sem a influência do Directório do PRP.

3. A FRAGMENTAÇÃO PARTIDÁRIA E OS DESAFIOS À PREDOMINÂNCIA DO PRP

As cisões partidárias, a partir de 1912, viriam mudar o panorama político no Alto Douro. Embora os novos partidos não se tenham conseguido implantar de forma estável, constituíram um desafio à preponderância do Partido Republicano Português.

Numa primeira fase, o Partido Evolucionista¹⁴ foi, dos partidos da oposição, aquele que registou maior implantação na Região Duriense. Entre 1913 e 1919, foram constituídas dez comissões municipais. Foram ainda instaladas comissões paroquiais em alguns concelhos de Cima Corgo e do Douro Superior, bem como três Centros Evolucionistas.

Quanto ao Partido Unionista¹⁵, teria escassa presença na Região Demarcada do Douro, embora a sua influência tenha sido bastante notória em Sabrosa, traduzindo-se na ocupação de cargos administrativos a partir de 1912.

O PRP continuaria a ser dominante em termos de estruturas partidárias. A par de algumas perdas em alguns concelhos, em outros era visível um certo crescimento, em coexistência com os novos partidos. Em Armamar e Lamego, por exemplo.

4. A «QUESTÃO DURIENSE» E A EVOLUÇÃO POLÍTICA REGIONAL

A defesa da denominação de origem *Porto* mostrar-se-ia um factor preponderante na evolução político-partidária das elites regionais.

Em primeiro lugar, a cisão do PRP relançou, no contexto das eleições suplementares de 1913, a questão da escolha de deputados regionalistas, defendida por republicanos de Cima Corgo, confirmando a supremacia dos interesses durienses em relação à política. Contudo, mais uma vez se faria sentir o diferendo entre representantes das sub-regiões do Baixo Corgo e do Cima Corgo, acabando por ser escolhido o candidato proposto pelo Directório do PRP, obedecendo-se, dessa forma, às cúpulas partidárias.

¹⁴ Fundado em Fevereiro de 1912 por António José de Almeida (Ministro do Interior do Governo Provisório da República). Seria dissolvido em 1919, em consequência da eleição do seu líder e fundador para presidente da República Portuguesa.

¹⁵ Também denominado Partido da União Republicana ou União Republicana, foi fundado em Fevereiro de 1912 e liderado por Brito Camacho (Ministro do Fomento entre 1910 e 1911). Em 1919, fundiu-se com o Partido Evolucionista, dando origem ao Partido Republicano Liberal.

A importância da questão vitícola na evolução política regional evidenciar-se-ia na questão do artigo 6.º do tratado luso-britânico de Agosto de 1914, que considerava como «vinho do Porto» o vinho procedente de Portugal e não da sua legítima e legal região produtora. Imediatamente se desenvolveu um forte movimento regionalista de contestação junto do Governo, caracterizado por uma empenhada intervenção das elites regionais (que asseguravam a liderança do movimento) e uma forte mobilização popular.

Este movimento em defesa da denominação de origem, a que aderiram municipalidades durienses de diversas cores partidárias, tinha contornos semelhantes aos que haviam ocorrido, com as mesmas motivações de defesa da denominação de origem, em 1907 e 1911 na região do Midi francês e de Champagne¹⁶, e que eram conhecidas no Alto Douro, através da imprensa.

A par de uma vaga de agitação popular, com tumultos em várias localidades, os líderes regionais exigiam a garantia da marca regional *Porto*, conseguindo, em Janeiro de 1915, uma aclaração ao referido artigo, determinando como «vinho do Porto» o vinho produzido na região duriense. Mas o *lobby* dos vinhateiros do Sul manobrava de modo a impedir que não fosse incluída no texto do Tratado; o poder central hesitava «entre os conflitos de interesses regionais, numa altura em que lhe interessava reforçar, a qualquer preço, a aliança luso-britânica no contexto da guerra europeia»¹⁷. Por outro lado, a instabilidade política então vivida, com a Ditadura de Pimenta de Castro¹⁸, fazia tardar o atendimento das reivindicações regionais.

O protesto ganharia novo fôlego a partir de inícios de Junho. No intuito de pressionar os poderes públicos, foram mobilizadas todas as municipalidades para um boicote às eleições legislativas que se realizariam a 13 desse mês.

Perante a ameaça de abstenção eleitoral (com a qual não concordavam os evolucionistas), o candidato do PRP, Afonso Costa, comprometia-se a patrocinar a causa duriense no Parlamento desde que pudesse contar com o apoio ao Partido Democrático. Tratava-se, pois, de um jogo político ambivalente: influenciar os resultados eleitorais em função dos benefícios para a causa duriense. O protesto seria suspenso nas vésperas das eleições, e o Partido Democrático obteria as maiorias em todos os círculos eleitorais do Douro, à excepção de Sabrosa (maioria unionista) e Tabuaço (maioria evolucionista). É, no entanto, de realçar que em Santa Marta de Penaguão, Raul Lelo Portela, candidato evolucionista, ficou muito bem classificado, obtendo 700 votos, em virtude de se ter declarado candidato independente por questões regionais.

¹⁶ Cf. GUY, 2003; LACHIVER, 1988; PEREIRA & SEQUEIRA, 2004; PEREIRA, 2015.

¹⁷ PEREIRA, 2014: 379.

¹⁸ Surgida na sequência do «movimento das espadas», a 21 de Janeiro de 1915, que levaria à demissão do Governo e à formação do ministério chefiado pelo general Pimenta de Castro, de pendor ditatorial, na tentativa de apurar os republicanos do Partido Democrático do poder. Ver, a este respeito, NAVARRO, 2011.

Os notáveis durienses empenharam-se, então, no sentido de que os deputados eleitos pelos concelhos que formavam a Região estabelecessem uma estratégia capaz de fazer vingar as reclamações regionais, prometendo apoio regional à acção parlamentar. Esse apoio, sob a forma de protesto, ocorreria em breves semanas, quando o compromisso assumido pelo Partido Democrático em período eleitoral não foi respeitado. Cedendo maioritariamente aos interesses da viticultura do Sul, o Parlamento acabaria por votar contra a aclaração ao artigo 6.º do tratado, contrariando a resolução parlamentar de Janeiro de 1915. Em consequência, suceder-se-ia nova vaga de agitação popular, com tumultos em várias localidades, que teria o seu auge no «Motim de Lamego», em 20 de Julho de 1915.

As entidades oficiais procuraram atribuir um cunho político aos acontecimentos, afirmando que os manifestantes se haviam deixado aliciar por elementos monárquicos, que pretendiam derrubar a República.

Na verdade, a questão assumira contornos políticos com a interferência, junto do poder central, dos vinhateiros do Sul, representados por José Relvas, intérprete de uma facção do Partido Republicano, com forte influência sobre o Governo. Em consequência, todas as iniciativas regionais no sentido da defesa da marca *Porto* se mostravam difíceis de concretizar.

Ainda assim, o predomínio do Partido Democrático continuou a marcar a vida política e partidária no Alto Douro até à revolução de 5 de Dezembro de 1917. Para tal teria contribuído a manutenção de uma política de adesivismo por parte dos antigos líderes monárquicos, ainda interessados em manterem a sua influência política.

Porém, nas eleições municipais de Novembro de 1917, assistir-se-ia à formação de alianças na tentativa de retirar espaço político ao Partido Democrático. Foi o que aconteceu em Mesão Frio, onde evolucionistas se uniram a independentes e unionistas e, em Sabrosa, onde foi apresentada uma lista de coligação entre unionistas e monárquicos. Em alguns concelhos, esta estratégia revelar-se-ia eficaz. Em Sabrosa, venceu em todo o concelho a lista de coligação. Em Armamar e S. João da Pesqueira, a maioria foi conquistada pelo partido evolucionista. Contudo, na maior parte dos concelhos, o poder local continuou nas mãos dos democráticos: na Régua e Santa Marta de Penaguião, em Mesão Frio, Armamar, Alijó e Tabuaço venceu a lista democrática, sem oposição.

5. DA REPÚBLICA NOVA AO FIM DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Entre 5 e 8 de Dezembro de 1917, assistiu-se ao golpe de Estado chefiado por Sidónio Pais, iniciando um novo período político. Sidónio Pais queria uma «República Nova», onde os democráticos não tivessem espaço. Para isso, derrubou o Governo, encerrou o Parlamento, expulsou o Presidente da República e dissolveu as Câmaras Municipais, substituindo-as por delegados nomeados pelo poder central.

O golpe de Estado protagonizado por Sidónio Pais foi recebido, em alguns concelhos da Região Duriense, com «regozijo» devido ao seu carácter anti-democrático. Porém, rapidamente se geraria o confronto político, dada a oposição democrática e evolucionista à nova situação política nacional.

Num primeiro momento, as autoridades municipais foram substituídas por comissões administrativas, compostas por monárquicos e membros do partido unionista que, procuravam dessa forma, conquistar espaço político. Foi o caso de Lamego, Régua, Mesão Frio ou Santa Marta de Penaguião. Mas, a partir de Março de 1918, a ruptura entre Sidónio e os unionistas acarretou o reforço dos elementos monárquicos nas autoridades locais. Por isso, se assistiria também ao confronto político entre monárquicos e republicanos.

Se o advento «da República Nova» evidenciou a existência de uma rede política monárquica, tornou-se também patente a presença e manutenção de uma rede de influências republicana, activa e bem organizada em defesa da República e procurando opor-se à influência dos monárquicos. As estratégias ensaiadas face à nova conjuntura política revelar-se-iam fundamentais para conseguir o regresso ao poder municipal, através de comissões de conjugação republicana, de coligação entre diversas cores políticas.

Após a restauração da República, na sequência da efémera Monarquia do Norte (19 de Janeiro a 13 de Fevereiro de 1919), assistir-se-ia à organização de novos núcleos partidários, desde os Partidos Popular, Liberal, até ao Nacionalista, acompanhando o panorama nacional. Verificava-se grande empenho a nível local na criação de estruturas que, na maior parte das vezes, consistiam tão-somente na transição de programa, como se verificou em Vila Real, Penaguião, Sabrosa ou Régua. Até os membros das novas formações partidárias eram os mesmos, que transitavam sucessivamente de partido em partido. Na maior parte dos casos, os novos partidos, apesar de registarem grande número de adesões e pretenderem tomar espaço político aos democráticos, acabavam por não ter grande expressão em período eleitoral, optando por concorrer em coligação com outras forças oposicionistas. A grande excepção terá sido o Partido Republicano Nacionalista, fundado em 1923 e que tinha no distrito de Vila Real um dos maiores números de comissões municipais, o que lhe permitiu «ameaçar», ainda que temporariamente, o domínio dos democráticos.

Em 1925, reaparecia a apresentação de candidaturas regionalistas. No âmbito das eleições de deputados, Amâncio de Queirós (viticultor de Mesão Frio e Inspector de Fiscalização do Douro em Gaia¹⁹) propunha a criação de um «Partido Regionalista», no sentido de se elegerem notáveis do Douro, conhecedores dos seus problemas, que dessem garantias de defesa dos interesses regionais. Nesse sentido, entendia que se

¹⁹ Cf. SEQUEIRA, 2000: 82-89, 143-145.

devia conseguir dos directórios dos partidos a apresentação de candidatos indicados pela própria Região, sugerindo os nomes de Vítor Macedo Pinto, Pina de Moraes, Júlio Vasques, Raul Lelo Portela, Alfredo de Sousa, Antão de Carvalho, Torcato Luís de Magalhães, Lobo Alves e Jerónimo de Matos. Mas, mais uma vez, a ideia não colheu boa aceitação por parte dos notáveis, que entendiam ser mais viável procurar um entendimento com os políticos em maior evidência de modo a assegurar o maior número de senadores e deputados de carácter regionalista, que formassem bloco e apresentassem a questão do Douro como uma questão nacional. Com esse intuito se viria a realizar o jantar de homenagem a Cunha Leal, em Março de 1926, poucos dias após a fundação da União Liberal Republicana, da qual era presidente.

Pouco tempo depois, o golpe de Estado de 28 de Maio de 1926 punha fim à Primeira República. Começava a Ditadura Militar que trouxe, desde logo, mudanças à realidade política da Região Duriense, a primeira das quais a dissolução dos corpos administrativos. Assistir-se-ia, a partir de então, à fragmentação da elite política regional e a uma crescente clarificação entre Situacionistas e Opositores, embora os interesses regionais e do sector do vinho do Porto tenham continuado a ser factor de unidade, como sucederia, por diversas vezes, até à constituição da «Casa do Douro», em 1932.

CONCLUSÕES

Com vista a uma completa implantação do regime republicano no Alto Douro foram ensaiadas várias estratégias. Em primeiro lugar, a disseminação de comissões municipais e paroquiais, iniciada logo a seguir à implantação da República terá contribuído, em grande medida, para a consolidação do Partido Republicano Português no Alto Douro. Esta realidade foi perceptível, em particular, nos concelhos onde já se fazia notar a presença republicana.

A realização de conferências políticas, quer na fase da propaganda quer após o 5 de Outubro, organizadas por diversas comissões municipais, revestiu-se também de importância fundamental como veículo de doutrinação, numa região ainda grandemente influenciada pelos antigos caciques.

Além disso, foi posta em prática uma activa «política de atracção» que, apesar de contestada e motivo de confronto político, contribuiu para a recomposição das oligarquias locais na República. A permanência dos fenómenos de correligionismo e de caciquismo indiciam que não se tratou só de adesões «oportunistas» ao novo regime mas também do resultado da acção mobilizadora dos republicanos, visando alargar a sua base social de suporte político.

A articulação destes vectores com as fortes ligações de diversos notáveis locais às estruturas nacionais do PRP facilitou o seu progressivo fortalecimento ao longo da Primeira República no Alto Douro, principalmente no contexto da fragmentação

partidária ocorrida a partir de 1912. A divisão do velho PRP em unionistas, evolucionistas e democráticos, com predominância destes últimos, a par do «adesivismo», facilitou a recomposição, mas também a divisão, das forças políticas locais no novo regime. Neste contexto, com vista à manutenção do seu domínio, viriam a ser ensaiadas, até 1926, novas estratégias por parte do Partido Democrático, de ligação com outras forças políticas, nem sempre de pendor republicano. Apontando para uma aparente partilha do poder, esta estratégia serviu, de modo particular, os propósitos do Partido Democrático, permitindo-lhe a manutenção da sua liderança política, que seria apenas quebrada com a Ditadura Militar.

Além disso, ao longo do período em análise foi igualmente notória a circulação das elites políticas, com a transferência sucessiva para as novas formações partidárias que iam surgindo, acompanhada de uma renovação de gerações, em particular na fase final da Primeira República.

Por outro lado, numa região caracterizada pela falta de unidade política e administrativa e pela divisão partidária das suas elites, a defesa da «questão duriense» constituiu o factor de unidade dos líderes regionais, sendo condição determinante no processo de republicanização do Alto Douro. A defesa dos interesses regionais sobre pôs-se aos diferentes percursos políticos, contribuindo mesmo, em momentos-chave, para ditar a orientação partidária das elites regionais.

Na Região Duriense, assistiu-se, desde finais do século XIX, à construção de uma rede de influências informal, liderada pelos notáveis locais, que detinham forte poder de mobilização e de organização em situações concretas, acabando por exercer uma forte influência sobre a Região e sobre o poder central.

Tirando partido da rede de sociabilidades políticas construída ao longo do tempo e com ligações ao mais alto nível, procuraram constituir-se num grupo de pressão sobre os poderes instituídos ao serviço do movimento regional contribuindo, dessa forma, para a republicanização do interior do país.

BIBLIOGRAFIA

- AIRES, Joaquim Ribeiro (2010) — *A República no distrito de Vila Real (1873-1933)*. Vila Real: Maronesa, Comunicação Social, Lda.
- ANDRADE, António Júlio (2010) — *História política de Torre de Moncorvo, 1890-1926*. Lisboa: Âncora Editora.
- BAIÃO, Manuel (2015) — *O Partido Republicano Nacionalista (1923-1935): «uma república para todos os portugueses»*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- CARDOSO, António Monteiro (2007) — *A revolução liberal em Trás-os-Montes (1820-1834). O povo e as elites*. Porto: Edições Afrontamento.
- COIXÃO, António N. Sá; TRABULO, António A. Rodrigues (1993) — *A Primeira República no concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Foz Côa: Câmara Municipal de Foz Côa.
- FERNANDES, Adília (2010) — *História da Primeira República em Torre de Moncorvo, 1910-1926*. Coimbra: Palimage.

- GUY, Kolleen M. (2003) — *When Champagne became French: wine and the making of a national identity*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- LACHIVER, Marcel (1988) — *Vins, vignes et vigneronns. Histoire du vignoble français*. Paris: Fayard.
- LEAL, Ernesto Castro (2008) — *Partidos e programas: o campo partidário republicano português (1910-1926)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- LOPES, Fernando Farello (1994) — *Poder político e caciquismo na 1.ª República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (2009) — *Vem aí a República! 1906-1910*. Coimbra: Edições Almedina.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1978) — *História da 1.ª República Portuguesa. As estruturas de base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- NAVARRO, Bruno J. (2011) — *Governo de Pimenta de Castro: um general no labirinto político da I República*. Lisboa: Assembleia da República.
- PEREIRA, Gaspar Martins; SEQUEIRA, Carla (2004) — *Da «missão de Alijó» ao «motim de Lamego». Crise e revolta no Douro vinhateiro em inícios do século XX*. «Revista de História da Faculdade de Letras do Porto», 3.ª série, vol. 5. Porto: Faculdade de Letras do Porto, p. 59-77.
- PEREIRA, Gaspar Martins (2010) — *A evolução do espaço regional. Das demarcações pombalinas ao Douro pós-filoxérico*. In PEREIRA, Gaspar Martins, coord. — *Crise e reconstrução. O Douro e o vinho do Porto no século XIX. História do Douro e do vinho do Porto*. Porto: Edições Afrontamento, vol. 4, p. 10-49.
- (2014) — *Vindima de Sangue: movimentações populares no Douro no final da Monarquia e no início da República*. In GODINHO, Paula; REDOL, António Mota, coord. — *Alves Redol - O olhar das ciências sociais*, Lisboa: Edições Colibri, p. 371-392.
- (2015) — *O motim de Lamego, um momento histórico de consagração da denominação de origem «Porto» para os vinhos generosos da Região Demarcada do Douro*. In SEBASTIÁN, Luís; FALCÃO, Alexandra Isabel, coord. — *Actas das 3.ª Conferências Museu de Lamego/CITCEM 2015. Movimentos políticos e sociais no Douro, entre o liberalismo e a democracia (nos 100 anos do Motim de Lamego)*. Lamego: Museu de Lamego – Direcção Regional de Cultura do Norte, p. 75-82. Disponível em <http://www.museudelamego.pt/wp-content/uploads/2016/01/Atas_3Conferencias.MuseuLamego-CITCEM.2015.pdf>. [Consulta realizada em 17/05/2018].
- SAMARA, Maria Alice (2010) — *O republicanismo*. In ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, coord. — *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Tinta-da-China.
- SEQUEIRA, Carla (2000) — *A questão duriense e o movimento dos Paladinos, 1907-1932. Da Comissão de Viticultura Duriense à Casa do Douro*. Porto: GEHVID/CIRDD.
- (2011) — *O Alto Douro entre o livre-cambismo e o protecționismo. A questão duriense na economia nacional*. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento.
- (2012) — *Vitor José de Deus Macedo Pinto*. In SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Conceição Meireles, coord. — *Os Presidentes do Parlamento Português*. Lisboa: Assembleia da República, p. 135-149. Vol. II: *I República (1910-1926)*.
- (2014) — *Antão Fernandes de Carvalho e a República no Douro*. Porto: CITCEM.
- (2015a) — *A «República Velha» no Alto Douro (1910-1917)*. In ROLLO, Maria Fernanda; AMARO, António Rafael, coord. — *República e Republicanismo*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, p. 169-175.
- (2015b) — *República e Republicanismo na Região Duriense, 1910-1926: contributos para a sua caracterização política e partidária*. «CEM - Cultura, Espaço & Memória», n.º 6, p. 359-370.
- SILVA, Armando Malheiro da (2006) — *Sidónio e Sidonismo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2 vols.